

Transcrição dos Contratos do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate)

André Filippe de Mello e Paiva
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
Contato: melloepaiva@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o *Banco de dados dos Contratos do Conselho Ultramarino*, resultado do projeto Treinamento Técnico nível três (TT3) financiado pela Fapesp (processo 2011/09899-0), sob orientação do Prof^o. Dr. Maximiliano Mac Menz. O projeto consistiu em analisar e transcrever os “Livros de Registro dos Contratos Reais do Conselho Ultramarino”¹, fonte de grande importância para os estudos em História tanto Econômica, na constituição de séries, quanto para entender as relações de poder existentes no sistema Atlântico português. O objetivo desta empreitada foi o de lançar dados para fomentar os debates historiográficos e estimular o desenvolvimento da pesquisa em História Econômica, particularmente sobre a economia colonial.

Nesse sentido que vem nossa opção de não apenas transcrever os contratos e sim sistematizá-los em tabelas que, futuramente, possam ser agregadas a algum programa que utilize este tipo de arquivo como banco de dados. A opção na sistematização também foi devido ao tempo que teríamos de bolsa, reduzido de dois anos que era o constante no projeto inicial, para apenas um ano. Dada a finalidade da transcrição: identificação dos contratadores, fiadores, sócios, valores, validade e tipologia, a sistematização em tabelas seria ideal. Para tal, foram criadas fichas com as informações que pretendíamos extrair da fonte e para cada livro/códice um arquivo com os contratos e um índice, contendo o título do contrato e a referência da pasta/cd do Projeto Resgate.

¹ AHU_ACL_CU_Assento e Fianças dos Contratos Reais Cod. 296, AHU_ACL_CU_Assento e Fianças dos Contratos Reais, Cod. 297, AHU_ACL_CU_Assento e Fianças dos Contratos Reais, Cod. 298, AHU_ACL_CU_Assento e Fianças dos Contratos Reais, Cod. 306, AHU_ACL_CU_Assento e Fianças dos Contratos Reais, Cod. 307

Como introdução às tabelas, informamos que todos os nomes de contratadores, fiadores e sócios foram registrados em extenso com o fundamental auxílio do livro “Abreviaturas”² de Maria Helena Ochi Flexor. Nomes como “Roiz”, foram convertidos a “Rodrigues”, assim como “Miz” a “Martins”. A preocupação nesse trabalho com os nomes vem mais uma vez ao encontro do objetivo do projeto, fomentar debates com seu resultado. Já que não existe padrão nas abreviaturas dos documentos portugueses, poder-se-ia incorrer no erro de não ser possível relacionar determinado José Rodrigues que aparecesse com seu nome “completo” com José Roiz ou Rois por não se ter a certeza de ser o mesmo negociante.

Os valores dos contratos foram convertidos segundo a taxa de conversão de 1 cruzado = 400 réis (\$400) e para a conversão de arrobas de ouro, seguiu a tava indicada por Carrara³ com o seguinte procedimento:

Quantidade de arrobas X 32 (para encontrarmos a quantidade em libras) X 128 (para encontrar a quantidade em oitavas de ouro) x 1.500 réis (1\$500) para finalmente encontrarmos o valor do contrato.

Todos os contratos tem em suas fichas o valor por ano e o valor do contrato, para estabelecermos um termo de comparação, assim como suas tipologias gerais, sendo as seguintes:

Circulação de pessoas e mercadorias (ex. contrato de passagens de rios);

Circulação de mercadorias (exs. Direitos das Alfândegas, subsídios, dizimos, etc.);

Produção e comércio (exs. Estanco do sal e pesca da Baleia);

Circulação e comércio (ex. Contrato do Reino de Angola).

As tipologias foram definidas segundo o “fato gerador” do contrato, ou seja, no nosso caso, quando o contrato não controla diretamente a produção, por exemplo nos contratos de subsídios, optou-se por tipificar esse contrato como “circulação de mercadorias”. A tipologia “produção e comércio” é a daqueles contrato que de fato

² FLEXOR, Maria Helena Ochi, *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*, 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

³ CARRARA, Angelo Alves, *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674 – 1807*, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, pp. 71 - 74

controlam a produção do gênero, como por exemplo o estanco do sal e a pesca da baleia.

No tocante às referências, na célula “B2” de cada planilha seguimos a seguinte sequência para o relacionamento com arquivos em CD: Pasta CD/ Subpasta/ Folha. As referências do Projeto Resgate constam nos índices, já que são apenas gerais para cada livro, constituindo-se os códigos. Assim, a relação entre numeração CD e referência

Pasta CD/ Subpasta/ Folha início	Pasta CD/ Subpasta/ Folha fim	Título do Livro	Código	Referência Resgate
210/001/102	211/001/038	Livro de registro dos contratos reais do Conselho Ultramarino. 1º volume (1671 - 1731)	296	AHU_ACL_CU_ASSENTO E FIANÇAS DOS CONTRATOS REAIS, cód. 296
211/002/039	211/003/407	Livro de registro dos contratos reais do Conselho Ultramarino. 2º volume (1731 - 1753)	297	AHU_ACL_CU_ASSENTO E FIANÇAS DOS CONTRATOS REAIS, cód. 297
211/003/408	212/001/125	Livro de registro dos contratos reais do Conselho Ultramarino. 3º volume (1753 - 1771)	298	AHU_ACL_CU_ASSENTO E FIANÇAS DOS CONTRATOS REAIS, cód. 298
212/002/348	212/002/377	Livro dos contratos reais do Conselho Ultramarino, 4º volume (1774 - 1790)	306	AHU_ACL_CU_ASSENTO E FIANÇAS DOS CONTRATOS REAIS, cód. 306
212/002/378	212/003/415	Livro dos contratos reais do Conselho Ultramarino, 5º volume (1792 - 1793)	307	AHU_ACL_CU_ASSENTO E FIANÇAS DOS CONTRATOS REAIS, cód. 307

Projeto Resgate para cada livro consta na seguinte tabela:

Este projeto se coloca, então, em posição de lançar novos dados para o debate. Com os valores aferidos, poderão se escolhidas novas séries de dados e novos problemas para a análise das dinâmicas do império. Ao todo, 472 contratos foram lidos e fichados. Destes, a divisão entre os livros é a seguinte:

Livro	Quantidade de Contratos
Volume 1 (1671 - 1731)	100
Volume 2 (1731 - 1753)	260
Volume 3 (1753 -	102

1771)	
Volume 4 (1774 - 1790)	4
Volume 5 (1792 - 1793)	6



Podemos observar claramente que os contratos, em quantidade, estão concentrados no primeiro, segundo e terceiro livros, ou seja, de 1671 a 1771. Nesse período temos 97,88% dos contratos. No período seguinte que consta nos livros, de 1774 a 1793, temos apenas 10 contratos arrematados. Isso não significa que os contratos deixaram de existir, significa apenas que não foram arrematados no Conselho Ultramarino, ou seja, provavelmente esses contratos “caíram” para a arrematação nas provedorias locais.



Filippe de Mello e / FAPESP foi licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 3.0 Não Adaptada](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/).

Este trabalho foi licenciado com a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/> ou envie um pedido por carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

O Universo dos contratos: Manuel Ribeiro dos Santos na primeira metade dos setecentos¹

Franciany Cordeiro Gomes

Mestranda do curso de Pós-graduação em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o contrato dos dízimos reais das comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará e Serro Frio, correspondente ao triênio de 1741 a 1744, arrematado pelo então alferes Manoel Ribeiro dos Santos, um dos principais contratadores das Minas na primeira metade do século XVIII. Este estudo pretende analisar as condições de tal contrato, refletindo sobre as permanências e mudanças que ele apresenta, buscando refletir sobre os contratos em Minas Gerais de uma forma geral, juntamente com a atuação deste contratador especificamente. Para isso, utilizaremos estudos de referência sobre a questão dos contratos, além de documentos relacionados que contribuirão para a reflexão.

¹ Este trabalho foi financiado pela CAPES.